

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*

2. ed. São Paulo: Intermeios, 2020. 330 p.

9786586255263 (brochura).

Eide Sandra Azevêdo Abrêu

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Uma obra exemplar: rigor, densidade e perspicácia no estudo do tema da Independência do Brasil

Palavras-chave Independência do Brasil – Liberalismo – Instituição do Estado brasileiro.

An Exemplary Work: Rigor, Density and Perspicacity in the Study of the Independence of Brazil

Keywords Independence of Brazil – Liberalism – Institution of the State of Brazil.

Una obra ejemplar: rigor, densidad y perspicacia en el estudio de la Independencia de Brasil

Palabras clave Independencia de Brasil – Liberalismo – Institución del Estado brasileño.

Submissão

05/07/2022

Aprovação

03/08/2022

Publicação

08/08/2022

Uma obra exemplar: rigor, densidade e perspicácia no estudo do tema da Independência do Brasil

A publicação da segunda edição do livro *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824*, de Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, é acontecimento a ser comemorado. Fruto de tese de doutorado defendida em 1987, o livro teve apenas uma edição, em 1999, e por isso pesquisadores, professores e estudantes de história vinham tendo muita dificuldade de acesso a essa que é uma obra de referência sobre o tema da Independência. A presente edição, revista, tem retoques de redação e o acréscimo de alentadas notas que, junto às já presentes na primeira edição, comentam uma parte selecionada das obras produzidas nas últimas décadas sobre a Independência e assuntos a ela relacionados.

A astúcia liberal traz à luz a intrincada luta que se desdobrou no Rio de Janeiro, no período em torno da separação política de Portugal e da constituição do Estado brasileiro, entre grupos políticos expressivos de sólidos interesses econômicos que disputavam poder e espaços no mercado, motivo pelo qual lutaram com energia, inteligência e artilharia na defesa de diferentes propostas para a configuração do Estado. Escrito num momento em que, como diz a própria autora na “Introdução” (p. 16), o tema da Independência não era da preferência dos historiadores, o trabalho de Cecília Helena de Salles Oliveira desmontou formulações que aprisionavam o entendimento do processo na memória produzida por parte dos envolvidos, constituindo-se em pioneiro no levantamento de questões valiosas, tais como: a problematização da definição do 7 de setembro como data de ocorrência fundamental, articuladora dos acontecimentos relevantes do período, cujo sentido estaria dado pela separação de Portugal; o questionamento da noção de uma disparidade temporal entre a experiência da sociedade colonial e a das sociedades costumeiramente consideradas mais “avançadas”; e a demonstração da compatibilidade entre liberalismo e escravidão.

As interpretações contidas no livro inspiram-se em Claude Lefort, Edward Palmer Thompson, Hannah Arendt, Maria Sylvia de Carvalho Franco, dentre outros autores, e são pautadas num trabalho com as fontes no qual elas não são recortadas, conforme o interesse momentâneo, mas lidas em sua íntegra e considerando a teia de lutas em que foram produzidas. Focaliza especialmente o grupo liberal liderado por Gonçalves Ledo, ligado a proprietários de Campos de Goitacazes e do Recôncavo da Guanabara, mas

essa escolha não se dá por afinidade de qualquer natureza da autora com ele. A atuação desse grupo é o foco a partir do qual a interpretação se aprofunda e alcança a dinâmica das contendas, travadas particularmente entre ele, que buscava abrir espaço para si no poder, e grandes proprietários, ricos negociantes atacadistas, portugueses emigrados estabelecidos na praça carioca, representados pelo grupo liderado por Nogueira da Gama. A luta desvendada deve ser surpreendente para quem tiver em mente os esquemas das leituras mais consagradas sobre o período.

Esses esquemas presentes na historiografia – é o que se explicita no livro – vinculam-se a representações feitas e a memórias constituídas no próprio desdobramento dos acontecimentos. Nesse sentido, muito significativa se afigura a demonstração de que o vínculo entre a noção de “independência” e a separação de Portugal constituiu originalmente formulação política de um dos grupos envolvidos no violento embate interno: o de Nogueira da Gama, adversário do grupo de Ledo. Este último, que passou para a memória da “independência” como associado a esse projeto, defendeu, por boa parte do período, a manutenção da ligação com Portugal, expressando outra concepção de independência, que consistia na “derrubada das leis e instituições que sustentavam a monarquia absoluta e o poder dos ‘grandes do Reino’”. E, para tanto, propunha uma “*atuação conjunta dos liberais em Portugal e no Rio de Janeiro*” (p. 118, grifo da autora).

Em conexão com essa descoberta, o livro de Cecilia de Salles Oliveira expõe nitidamente o fato de que a oposição entre metrópole e colônia, que tantos ainda consideram como parâmetro objetivo para pensar a história do período, foi uma representação elaborada, naquele contexto, como uma metáfora escamoteadora de embates que se processavam, verdadeiramente, no interior da sociedade. Os conflitos essenciais do momento não se davam entre interesses externos e internos. Os enfrentamentos fundamentais eram travados no interior da sociedade, em razão de divergências que dentro dela se produziam.

No aprofundamento da pesquisa dessas contendas, a interpretação expõe a complexidade dos movimentos da política do período. Um momento bastante expressivo desse trabalho se encontra na interpretação do 26 de fevereiro de 1821, data em que ocorreu uma manifestação militar organizada pelo grupo de Ledo, no intuito de pressionar o rei a se comprometer a cumprir determinações das Cortes de Lisboa e a trocar os seus ministros. As Cortes tinham estabelecido decretos determinando que d. João VI voltasse a Portugal e jurasse a Constituição que então era por elas elaborada. Em resposta confrontadora a tais determinações, o rei publicou dois decretos, pelos quais estabelecia que o príncipe d. Pedro é que fosse a Portugal, com instruções e

autoridade para agir no sentido de “restabelecer a tranquilidade geral naquele Reino”, e também criava e indicava os nomes dos membros de uma “Junta de Cortes” constituída por procuradores das Câmaras das cidades e vilas principais, para que, presidida por pessoa escolhida pelo Rei, criasse uma Constituição do Reino do Brasil e das “ilhas e domínios ultramarinos”. Da relação dos membros da Junta, constavam nomes dos homens que tinham “acumulado enormes fortunas” no decorrer do governo de d. João VI, e que tinham se apossado da administração pública. Isto é, tratava-se justamente dos adversários do grupo de Ledo, que seriam designados para a formulação da Constituição (p. 119-120).

Em contraposição a essa tentativa desses homens no sentido de instituir um Império conforme aos seus interesses, o grupo liberal, na manifestação que articulou, exigiu do rei o juramento à Constituição elaborada pelos liberais revolucionários de Lisboa e reivindicou “a substituição dos ministros de Estado e das pessoas que ocupavam os principais cargos públicos” (p. 112). Tais exigências configuram, como se vê, uma manifestação de clara oposição ao monarca e aos homens que, junto a ele, exerciam o poder e intencionavam fortalecê-lo ainda mais, por meio de uma reconfiguração do Estado. Ocorre que, numa dada altura, o príncipe d. Pedro se junta aos manifestantes, o que, à primeira vista, daria a entender que estaria com eles congraçado. Mas a análise não se prende a essa aparência, mostrando a complexa trama que produziu essa ocorrência.

Em momentos como esse – que são vários ao longo do livro –, temos a expressão da agilidade com que a interpretação se desvencilha das armadilhas das aparências e representações produzidas pelos protagonistas em suas lutas. Há uma permanente atenção ao fato de que os agentes, muitas vezes, atuam de maneira a aparentar algo que não corresponde exatamente ao que são, ou a travestir suas ações de sentidos opostos aos que de fato têm. Nesse sentido, o texto ecoa a clássica advertência de Marx: uma coisa é “o que um homem pensa e diz de si mesmo”, outra é o “que ele realmente é e faz”.¹

Com forte inspiração em Claude Lefort, o livro não trata da atuação dos agentes numa esfera pública entendida como separada das demais dimensões do real. Proceder assim significaria tratar os sujeitos como “sombras que perderam seus corpos”.² Não é perdido de vista o vínculo entre os enfrentamentos dos grupos e os interesses pertinentes ao mercado, o nexó íntimo entre o político e o econômico. Isso acontece

1 MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 52.

2 *Ibidem*, p. 48.

sem que o trabalho resvale em determinismos. O leitor pode identificar os interesses defendidos pelos grupos, sem que a atuação destes seja reduzida a mero reflexo, ou a resultado de razões não políticas ocultas.

Os caminhos interpretativos indicados são facilmente perceptíveis ao longo do livro. Após um “Prefácio”, em que a autora expõe reflexões sobre os significados pessoal e historiográfico da publicação da nova edição, e uma “Introdução”, na qual são explicitados os objetivos e os procedimentos adotados na elaboração do trabalho, encontramos, no primeiro capítulo, uma retomada da produção historiográfica sobre a questão da Independência, em que a autora questiona procedimentos nela recorrentes, e explora detidamente, problematizando-as, as interpretações desenvolvidas por autores que constituíam até então referência obrigatória sobre o tema: John Armitage, Francisco Adolfo de Varnhagen, Manuel de Oliveira Lima, Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa, Maria Odila da Silva Dias e José Honório Rodrigues. No segundo capítulo, são abordadas as transformações ocorridas na capitania do Rio de Janeiro entre as décadas finais do século XVIII e as primeiras do século XIX, explicitando-se o processo de concentração da propriedade que ensejou o enriquecimento dos negociantes a que se ligava o grupo de Ledo, e revelando-se o fortalecimento dos vínculos entre negócios privados e públicos durante o governo de d. João VI. Com isso, ficam bem delineados os fundamentos da intensa luta política de que tratam os capítulos 3 e 4. Neles, temos a exploração dos enfrentamentos entre o grupo de Ledo e do liderado por Nogueira da Gama entre 1822 e 1824, efetivados por meio de discursos, de manobras ardilosas, e também por meio das armas. Explicitam-se os vínculos entre o complexo jogo político, o confronto entre diferentes propostas de constituição do Estado e a disputa por espaços no mercado.

A exposição desses embates e as reflexões ao longo dos capítulos são feitas numa escrita que evita o recurso a jargão ou a frases grandiloquentes. Há uma sobriedade salutar, que me parece apropriada à postura historiográfica cuidadosa em relação à interpretação, elaborada de maneira próxima aos documentos, sem extrapolações arbitrárias. No decorrer da leitura, não se sente, em momento algum, a intenção de condução da leitura para a aceitação de visões prévias. Percebe-se claramente o propósito de acompanhar a dinâmica dos acontecimentos na sua fluidez, com atenção à singularidade e à complexidade das circunstâncias históricas.

Em suma, trata-se de uma obra que combina modéstia, ética e ousadia no enfrentamento de formulações ardilosas dos agentes, algumas das quais cristalizadas pela memória e reiteradas pela historiografia.